ARCHEION ON LINE
ISSN 2318-6186
Revista de Arquivologia da UFPB

REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ARQUIVISTA EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE: os desafios frente à pandemia[1]

Natália Marinho do Nascimento[2]

RESUMO

As instituições de saúde produzem uma grande quantidade de documentos arquivísticos nos mais variados suportes. Estes documentos são importantes para as próprias instituições, para os pacientes e para a ciência. Levando-se em consideração a pandemia muitos são os desafios a serem enfrentados. Os documentos produzidos, muitas vezes são mal gerenciados e armazenados, portanto estes espaços possibilitam várias perspectivas de atuação para os profissionais arquivistas. Diante de todas as especificidades e complexidades, estes ambientes precisam ser reconhecidos e desbravados. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a importância da atuação do arquivista em instituições de saúde baseando-se na experiência de atuação em um hospital psiquiátrico enfocando alguns desafios para os profissionais ocasionados pelo Corona Vírus Disease (COVID-19). Como metodologia utiliza-se a pesquisa bibliográfica e o relato de experiência, além disso, o artigo é descritivo e de natureza qualitativa. Como resultados percebeu-se que existem vários problemas nas instituições de saúde, por exemplo, cultura organizacional, falta de profissionais que transitam pelas áreas, conhecimento das funções e processos executados, na produção de documentos etc. Como considerações infere-se que os arquivistas podem e devem atuar em instituições de saúde e possuem competências que contribuem com todos os setores da instituição. Sendo assim, percebe-se que o maior desafio é ir além do que muitas vezes a instituição espera desse profissional. Quanto a pandemia o importante é perceber que todas as atividades influenciam no atendimento prestado ao paciente, bem como para a ciência contribuindo consideravelmente para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Arquivista. Instituições de Saúde. Pandemia. Hospitais Psiquiátricos. Arquivos Hospitalares. Unidades de Saúde.

REFLECTIONS ON THE IMPORTANCE OF ARCHIVIST IN HEALTH INSTITUTIONS: the challenges facing the pandemic

ABSTRACT

Health institutions produce a large number of archival documents in a variety of media. These documents are important for the institutions themselves, for patients and for science. Taking the

[1] Artigo oriundo da Comunicação apresentada na 4. Semana Nacional de Arquivos (SNA), com o tema "Empoderando a sociedade do conhecimento" realizado nos dias 8 a 14 de junho de 2020 na Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.

[2] Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: nataliamn@uel.br.

(cc) BY-NC-ND

pandemic into account, there are many challenges to be faced. The documents produced are often poorly managed and stored, so these spaces provide various perspectives for performance for archival professionals. In view of all the specificities and complexities, these environments need to be recognized and explored. In this sense, this article aims to present some reflections on the importance of the work of the archivist in health institutions based on the experience of working in a psychiatric hospital focusing on some challenges for professionals caused by Corona Virus Disease (COVID-19). As a methodology, bibliographic research and experience reports are used, in addition, the article is descriptive and qualitative in nature. As a result, it was noticed that there are several problems in health institutions, for example, organizational culture, lack of professionals who travel through the areas, knowledge of the functions and processes performed, in the production of documents, etc. As considerations, it is inferred that archivists can and should work in health institutions and have skills that contribute to all sectors of the institution. Thus, it is clear that the biggest challenge is to go beyond what the institution often expects from this professional. As for the pandemic, the important thing is to realize that all activities influence the care provided to the patient, as well as science, contributing considerably to future research.

Keywords: *Archivist. Helth Institutions. Pandemic. Psychiatric Hospitals. Hospital Archives. Health Units.*

1 INTRODUÇÃO

O direito a saúde e o papel do Estado diante desse direito tem sido o alvo das discussões atuais, isso porque a pandemia do Corona Vírus Disease (COVID-19) congestionou os hospitais e forçou muitas instituições de saúde a escolherem as pessoas que seriam atendidas e poderiam lutar pela vida. Ou seja, muitos não tiveram o direito a saúde previsto em lei cumprido.

As mudanças resultantes da pandemia e as discussões decorrentes dela invadiram todas as áreas do conhecimento e estão possibilitando a reflexão sobre os desafios que este novo vírus trás. Os arquivos das instituições de saúde consistem em uma área especializada que requer dos arquivistas um conhecimento relevante acerca da legislação e da instituição como um todo para garantir que as práticas arquivísticas sejam executadas com sucesso.

Os hospitais psiquiátricos apresentam um papel importante na sociedade, tendo em vista que o índice de pessoas com problemas mentais, ano após ano tem aumentado e, com a pandemia, esta situação tem se agravado. As características destes hospitais são ainda mais específicas e peculiares resultando em desafios no que tange a produção dos documentos que compõem os prontuários, as questões de armazenamento e

organização, escassez de recursos financeiros, espaços para armazenamento físico, etc.

Dessa maneira, o objetivo deste artigo consiste em apresentar algumas reflexões sobre a importância da atuação do arquivista em instituições de saúde baseando-se em uma experiência de atuação em um hospital psiquiátrico levando em consideração alguns desafios para os profissionais decorrentes da pandemia do COVID-19.

Como procedimentos metodológicos para responder ao objetivo proposto utilizou-se a pesquisa de natureza qualitativa do tipo descritiva e como metodologia a pesquisa bibliográfica e o relato de experiência, pois o universo de atuação da pesquisadora (hospital psiquiátrico) foi levado em consideração. Além disso, este artigo é a sistematização de uma palestra apresentada na "IV Semana Nacional de Arquivos" que ocorreu do dia oito ao dia 12 de junho de 2020, organizada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) a fim de propor discussões e debates entre profissionais que estão atuando em diversas perspectivas da Arquivologia e alunos que ocuparão no futuro o mercado de trabalho.

Percebeu-se que existem vários problemas nas instituições de saúde, por exemplo, cultura organizacional e que faltam profissionais que transitam por todas as áreas da instituição conhecendo bem as funções e processos organizacionais, bem como a produção de documentos. Considera-se que os arquivistas podem e devem atuar em instituições de saúde e possuem competências que contribuem com todos os setores da instituição, sendo assim, o maior desafio é ir além do que muitas vezes a instituição espera desse profissional e quanto a pandemia o importante é perceber que todas as atividades influenciam no atendimento prestado ao paciente, bem como para a ciência contribuindo consideravelmente para pesquisas futuras.

2 ARQUIVOS DE INSTITUIÇÕES DE SAÚDE

As instituições de saúde são fundamentais para responder a um dos direitos dos indivíduos já estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que em seu Art. 196 apresenta a saúde como direito de todos e o Estado devendo garantir políticas sociais e econômicas visando à redução do risco de doenças e outros

DOI - 10.22478/ufpb.2318-6186.2020v8n1.53641
https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion - ISSN 2318-6186. Licença (cc) BY-NC-ND

agravos, além disso, "prevê o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". Com a pandemia do COVID-19, este direito tem sido ainda mais discutido, uma vez que algumas instituições de saúde do mundo precisaram optar por ´quem atender´ diante da grande quantidade de pessoas precisando de atendimentos.

Sounis (1993) diz que um hospital consiste em parte integrante de uma organização médico social com a função de proporcionar assistência médica integral, curativa e preventiva para as pessoas sob qualquer regime de atendimento, além disso, se configuram em centros de educação, capacitação de recursos humanos e pesquisa científica.

Para Bezerra (2002, p. 11) existem três tipos de hospitais, o geral, especializado e de curta permanência. O geral é destina-se "a atender pacientes portadores de doenças de várias especialidades médicas. Podendo a ação ser limitada a um grupo etário (hospital infantil), a determinada camada da população (hospital militar, hospital previdenciário) ou finalidade específica (hospital escola)" (BEZERRA, 2002, p. 11). No caso do hospital especializado caracteriza-se por "predominantemente, atender pacientes necessitados da assistência de uma determinada especialidade médica (ortopedia, reumatologia, etc.)" (BEZERRA, 2002, p. 11). E, os hospitais de curta permanência são aqueles em que a média permanência "de pacientes internados não ultrapassa 30 dias" diferente dos hospitais de longa permanência em que a média de permanência "ultrapassam 30 dias. Estes na maioria têm entidades mantenedoras que custeiam o tempo de internação do paciente" (BEZERRA, 2002, p. 11).

Os hospitais produzem uma vasta quantidade de documentos para cumprir as atividades-meio e as atividades-fim, dentre eles um documento inerente de grande complexidade é o prontuário médico do paciente. Este documento precisa ser bem conhecido por cada produtor para que cumpra de fato o papel previsto na legislação.

Para o Conselho Federal de Medicina (CFM) em sua Resolução nº 1.638/2002 o prontuário médico do paciente consiste em um "documento único constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de

DOI - 10.22478/ufpb.2318-6186.2020v8n1.53641
https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion - ISSN 2318-6186. Licença (cc) BY-NC-ND

caráter legal, sigiloso e científico" além disso, viabiliza a "comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo".

Os beneficiados por uma boa gestão dos prontuários são: os pacientes, as instituições de saúde, as áreas de ensino e pesquisa, os serviços públicos de saúde e os aspectos que envolvem a defesa legal do paciente (RESOLUÇÃO DO CFM nº 1.638/2002).

Muitas instituições ainda utilizam o prontuário em suporte papel lidando cotidianamente com os problemas de armazenamento e espaço, porém em março de 2020 foi publicado o Decreto Federal nº 10.279 para regulamentar as disposições previstas na Lei nº 13.874/2019 e na Lei nº 12.682/2012. Isto é, disponibilizando as técnicas e os requisitos para que os documentos sejam digitalizados tanto no âmbito público quanto privado, para que os documentos digitalizados tenham os efeitos legais dos documentos originais. E ainda, a Lei nº 13.787/2018 que abrange sobre a digitalização e armazenamento informatizado do prontuário médico do paciente e a Lei nº 13.709/2018 que engloba a proteção de dados pessoais, estas leis, também influenciam no processo de digitalização.

As questões inerentes a digitalização de documentos nas instituições de saúde precisam ser ainda melhores discutidas e refletidas, uma vez que digitalizar por digitalizar não respalda as instituições e não obedecem aos pressupostos previsto na legislação.

Em seu art. 8º a Resolução do CFM nº 1.821/2007 estabelece que é dever das instituições de saúde prever o armazenamento e preservação durante o tempo determinado em lei. Para Ferreira, Fidelis e Lima (2013, p. 104) os dados contidos nos prontuários do paciente são indispensáveis para as atividades médicas, e por isso, precisam ser agregados, organizados de modo a embasar as decisões, mas sobretudo, deve-se ter um tipo de tratamento apropriado às especificidades e necessidades de cada paciente, assim, um sistema efetivo de registro de prontuários deve fornecer dados fundamentais para a administração interna e para a prestação de um atendimento correto e eficaz para a sociedade propondo informações que embasem o planejamento dos serviços.

O prontuário é um dos documentos que integram o Serviço de Arquivo Médico e

DOI - 10.22478/ufpb.2318-6186.2020v8n1.53641
https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion - ISSN 2318-6186. Licença
(cc) BY-NC-ND

Estatística (SAME). Para refletir sobre os arquivos das instituições de saúde um conceito que precisa estar claro é o do SAME, para Maceachern (1957) um hospital sem SAME é como um "relógio sem ponteiros" ou ainda menciona que o mesmo consiste no "pulso do hospital", tendo em vista que este setor é responsável pela guarda correta dos prontuários médicos dos pacientes, bem como pela confecção de análises e relatórios necessários que demonstrem a qualidade e quantidade do serviço que está sendo prestado pelo hospital, assim este setor contribui para o progresso da ciência.

Segundo Bezerra (2002) além de ser imprescindível ao hospital, o SAME pode ser dividido em três seções: de arquivo; de registro e de estatística.

> **a) A seção de Arquivo Médico** controla, confere, ordena e arquiva o prontuário dos pacientes de ambulatório e internação. **b) A seção de Registro** recepciona os clientes que procuram o hospital em busca de tratamento especializado, registrando-os e encaminhando-os ao ambulatório, fornecendo informações e sendo o responsável pela internação do paciente. **c) A seção de Estatística** tem como finalidade organizar dados para a pesquisa clínica, avaliar a instituição e observar a eficiência dos serviços prestados dentro do menor tempo. Sob esse aspecto é responsável pela coleta, apuração, análise e interpretação dos dados obtidos a partir dos prontuários e outras fontes de informação. Realiza 66 o controle das admissões, transferências, altas, óbitos e cirurgias. Além disso, analisam taxas, índices, coeficientes e elabora o relatório das atividades estatísticas. Fornece informações epidemiológicas (nosologia, incidência de doenças, etc.), realiza estimativas e ajuste de modelos de tempo de vida, entre outros. Os dados e os resultados obtidos servem de base ao corpo clínico para atividades de pesquisa e extensão, bem como ao corpo administrativo para o controle de gastos e custos (BEZERRA 2002, p. 13).

Sounis (1993) apresenta que a administração hospitalar precisa de informações para subsidiar suas decisões, pois assim há um maior rendimento nas áreas administrativa, médica, social ou financeira, além do mais a precariedade das informações disponíveis resultantes da falta de estrutura e capacitação técnica consistem em um dos fatores responsáveis pela omissão e má aplicação dos recursos no desenvolvimento da assistência médico-hospitalar.

Após o conhecimento do que são os hospitais, de alguns documentos produzidos por estas instituições focando no prontuário que é resultado da atividade-fim destas instituições, bem como percebendo a importância da organização e do gerenciamento deste documento para que o mesmo beneficie de uma maneira geral a própria instituição, a sociedade e o paciente faz-se necessário compreender sobre os hospitais

DOI - 10.22478/ufpb.2318-6186.2020v8n1.53641
https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion - ISSN 2318-6186. Licença (cc) BY-NC-ND

psiquiátricos, que se constituem no universo de vivência da autora que embasa o relato de experiência exposto neste artigo.

2.1 Hospitais Psiquiátricos

Os hospitais psiquiátricos já foram conhecidos como manicômios ou hospícios, porém com a luta anti-manicomial buscou-se uma nova percepção e compreensão destes hospitais. Muitos foram os caminhos percorridos para mudar uma cultura de que os doentes mentais não passavam de "loucos", no entanto, ainda hoje percebe-se um grande desconhecimento a respeito destas instituições de saúde que na sociedade atual tem sido tão necessárias para a sociedade.

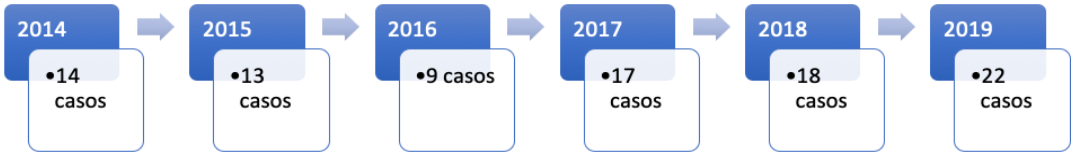
Para Costa (2016, p. 95) a psiquiatria se institucionalizou no mundo ocidental no contexto do advento do Iluminismo, uma vez que a pressuposta irracionalidade manifestada pelos loucos era compreendida como perturbadora da ordem e deveria ser contida e corrigida. O tratamento psiquiátrico surgiu na França, após a Revolução Francesa, fazendo parte dos planos da nova sociedade contratual onde em meio a todo esse cenário, a racionalidade considerava-se a possibilidade exclusiva de construção de conhecimento e organização social.

Os hospitais psiquiátricos consistem em hospitais especializados em tratar as pessoas com doenças ou transtornos mentais. Estas doenças ou transtornos mentais resultam no funcionamento anormal da mente ocasionados por alterações complexas no sistema nervoso central, alguns exemplos destas doenças e que são muito conhecidas na sociedade contemporânea são: depressão, transtorno bipolar, transtornos psicóticos (esquizofrenia ou transtorno delirante), transtorno de personalidade como borderline, transtornos advindos do uso de substâncias como drogas ilícitas (álcool, medicamentos, cigarros) etc.

Realizando uma pesquisa rápida em qualquer navegador com as palavras: 'saúde mental', 'hospitais psiquiátricos' e 'distúrbios de saúde mental', percebe-se um aumento na publicação de notícias evidenciando que os problemas de saúde mental vêm crescendo, consequentemente aumentando o índice de pessoas que precisam de internações em hospitais psiquiátricos.

A cidade de Marília (localização do hospital psiquiátrico de atuação da autora), por exemplo, constitui-se em uma cidade do interior de São Paulo, com aproximadamente 220 mil habitantes (PREFEITURA DE MARÍLIA, 2020) e segundo os dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSus) em 2019 foram confirmados 22 casos de suicídios na cidade, sendo que de 1996 à 2019 foram registrados 324 casos de suicídio, abaixo apresenta-se uma figura para evidenciar a quantidade de casos de 2014 até 2019.

Figura 1: Casos de suicídio na cidade de Marília de 2014 a 2019



Fonte: [Elaboração própria baseado nos dados do DataSus]

Ou seja, qualquer pessoa e a qualquer momento pode sofrer uma disfunção no funcionamento da mente e apresentar uma das doenças ou transtornos mentais. Na cidade de Marília, conforme evidenciado por meio dos dados na Figura 1, várias campanhas foram criadas a fim de diminuir estes índices e conscientizar as pessoas a buscarem tratamentos adequados ou reconhecerem que estão doentes.

No hospital psiquiátrico universo específico da experiência de atuação da autora existem internações psiquiátricas e por dependência voluntária (quando o próprio paciente tem o desejo de se tratar) ou involuntária (quando o paciente apresenta um risco para a família, para a sociedade ou para ele mesmo), após a internação o tratamento não termina, os pacientes fazem acompanhamento por meio do 'Hospital Dia', onde diariamente o paciente vai até o hospital e desenvolve as atividades propostas e, por fim, tem-se ainda alguns pacientes moradores, que muitas vezes não possuem família.

No que tange a produção de documentos existe uma grande diferença para os hospitais gerais, pois nos hospitais psiquiátricos os pacientes não ficam internados por alguns dias ou semanas e recebem alta. Os tratamentos são longos, pois as crises agudas muitas vezes exigem internações demoradas, por meses seguidos, isto é, a produção de documentos como prescrições e registros de evoluções da equipe médica e demais profissionais que compõem a equipe de multiprofissionais tem um volume considerável, requerendo tratamentos e soluções diferentes para estes documentos levando em consideração a quantidade de documentos dos prontuários.

E ainda, os hospitais psiquiátricos possuem portarias, regulamentos e legislações muito particulares que influenciam na produção, controle, tratamento e organização de documentos do SAME, transformando o arquivo destas instituições em ambientes

inerente de grande complexidade. Diante disso, os arquivistas são profissionais imprescindíveis para atuar nas diversas possibilidades destes ambientes, por isso, na seção a seguir se reflete acerca da importância do arquivista em unidades de saúde, mais especificamente nos hospitais psiquiátricos.

3 IMPORTÂNCIA DO ARQUIVISTA EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE

Existem vários textos de autores que abordam sobre o papel do arquivista e como ele deve se comportar diante de cenários incertos e uma área cheia de possibilidades e complexidades.

Diante disso, Bellotto afirmou em 2004 que o arquivista do futuro deverá aconselhar e guiar o produtor de documentos, ou seja, trabalhar junto com todos os departamentos/setores auxiliando-os inclusive na criação e na materialização das funções, assim o arquivista deverá situar-se dos sistemas e modelos de conhecimento. No que tange estes sistemas, infere-se que eles englobam os: eletrônicos, estratégias de segurança, procedimentos automatizados e aplicação de normas. Pode até ter o caráter técnico, mas "subsiste um quadro de troca de informações, interconectividade, prova e contexto" (BELLOTTO, 2004, p. 1).

Observando o texto de Bellotto (2004), percebe-se que ela estava elencando vários aspectos acerca do arquivista do futuro e hoje no ano de 2020 constata-se que ela estava certa quando inferiu sobre a importância do arquivista atuando lado a lado dos produtores e como eles devem atuar de maneira efetiva conversando com as outras áreas evidenciando que o arquivista deve abrir os horizontes e enxergar para fora dos arquivos permanentes. Dessa maneira, os arquivistas estão inseridos em cada setor ou departamento, em cada processo, em cada estratégia organizacional. Assim,

> (...) o arquivista de hoje não pode esquecer que atua e vive profissionalmente na chamada era da informação, na qual, as tecnologias da informação e da comunicação têm a presença marcante. Os novos suportes documentais, com os quais terá que lidar, exigem conhecimento, competência, métodos e meios de produção, utilização e conservação física especiais. São fatores novos sobre os quais os arquivistas passam agora a serem instruídos e treinados, não obstante correrem o risco de, em virtude do vertiginoso crescimento das possibilidades da eletrônica nas áreas documentais, nunca conseguirem abarcar a plenitude destes conhecimentos tão mutantes e dependentes de equipamentos tão rapidamente tornados obsoletos (BELLOTTO, 2004, p. 1).

Jardim (1992) já tinha destacado 12 anos antes que as novas tecnologias estavam

reorganizando o futuro social, econômico, político e ambiental das pessoas, hoje 28 anos depois as tecnologias já não são novas e continuam reorganizando a vida das pessoas, uma evidência disso foram os acontecimentos decorrentes da pandemia do COVID-19 que forçou escolas, comércios, empresas e até mesmo os hospitais a se adaptarem para conseguir de alguma maneira continuar desenvolvendo suas atividades. Alguns pontos que Jardim já colocava para reflexão em 1992 são que:

> (...) Os profissionais da informação terão que reavaliar as teorias e os princípios sob os quais as instituições de documentação tem operado. (...) ir além da mera produção de instrumentos de pesquisa. (...) se os arquivistas não mudarem a maneira de enfocar o propósito e a natureza de suas funções no âmbito das organizações arquivísticas, dentro de pouco tempo estarão relegados ao papel de conservadores de antiquários. (...) imperiosa necessidade do profissional de arquivologia participar da produção de documentos eletrônicos, cooperando na concepção e no desenvolvimento de sistemas automatizados de informação (JARDIM, 1992, p. 253-257).

Nesse sentido, Ferreira, Fidelis e Lima (2013, p. 101) apresentam que é importante refletir sobre os fluxos de informação em instituições hospitalares, pois as relações e conexões entre a medicina e a informação ocorrem em diversos momentos de maneira ampla e complexa, convidando as ciências médicas e ciência da informação ao exercício da interdisciplinaridade, porém acrescenta-se ai uma interdisciplinaridade com todos os setores da organização, um deles, que se faz muito importante e também ainda muito temido por alguns arquivistas é o setor de tecnologia da informação, uma vez que os sistemas influenciam consideravelmente na produção, recepção, controle, organização e acesso aos documentos.

No caso da gestão de documentos, os procedimentos incidem diretamente em todas as fases dos documentos produzidos e recebidos pelas instituições de saúde, pois possibilita que as operações sejam efetivadas desde a produção até o arquivamento dos documentos contribuindo para a produção racional, para um melhor aproveitamento dos recursos econômicos, humanos, materiais e tecnológicos (FERREIRA, FIDELIS, LIMA, 2013, p. 114).

Assim sendo, o arquivista possui um papel fundamental para as instituições de saúde a medida em que ele é um profissional que conhece de maneira efetiva e

DOI - 10.22478/ufpb.2318-6186.2020v8n1.53641
https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion - ISSN 2318-6186. Licença (cc) BY-NC-ND

detalhada as funções e estruturas organizacionais e interage com todas as áreas podendo identificar e reportar os erros e problemas para a equipe estratégica participando inclusive da elaboração de soluções e melhorias de modo a amenizá-los ou extingui-los. Nesse sentido, no próximo tópico aborda-se o relato de experiência que possibilitou a sistematização de conhecimentos práticos e a reflexão sobre a importância do arquivista em unidades de saúde destacando os desafios frente à pandemia.

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ARQUIVISTA ATUANDO EM UM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO

O exercício da profissão nos arquivos de instituições de saúde, mais especificamente dos hospitais psiquiátricos, em 14 meses de atuação já demonstrou que este universo é cheio de desafios e possibilidades que precisam ser compartilhados para auxiliar e nortear outros profissionais que estão começando ou pretendem atuar nestes ambientes.

Como já mencionado, a área de saúde possui legislações específicas e documentos inerentes de grande complexidade, por isso, os arquivistas devem conhecer muito bem esta área, na verdade independente de qual seja a área em que o arquivista está atuando ele precisa conhecer assiduamente. Por exemplo, no ambiente de atuação da autora, muitas vezes percebe-se um conhecimento maior acerca dos prontuários do que de alguns técnicos, enfermeiros ou equipe médica que atua diretamente na produção dos documentos que o compõem.

Nesse sentido, a primeira ação realizada foi a elaboração de um diagnóstico do acervo a fim de que se conhecesse detalhadamente as funções, processos e atividades dos setores e/ou departamentos do hospital, além disso, foi possível levantar quais eram os documentos produzidos. Após o diagnóstico buscou-se o conhecimento das Leis, Decretos e Portarias que embasam de maneira geral e específica a área hospitalar e os hospitais psiquiátricos, posteriormente foi possível estabelecer quais documentos eram obrigatórios para compor os prontuários de pacientes particulares e convênios ou do Sistema Único de Saúde (SUS) auxiliando inclusive na alteração do regulamento interno

que estabelece as informações a respeito do prontuário médico do paciente.

Com o conhecimento do prontuário, do hospital e dos regulamentos que deveriam ser seguidos percebeu-se que alguns documentos eram produzidos desnecessariamente, por exemplo, uma "Guia de Internação" era produzida em cinco cópias e nenhuma estava chegando ao arquivo, ou seja, estabeleceu-se o fluxo de documentos e informações para que o documento fosse produzido em apenas uma via, fizesse o caminho correto e chegasse ao arquivo em conjunto com os outros documentos do prontuário cumprindo os processos estabelecidos.

A elaboração de procedimentos operacionais e fluxos se torna uma atividade do arquivista uma vez que ele estudou de maneira detalhada todos os processos e atividades e por isso, no hospital psiquiátrico não foi diferente, logo percebeu-se que esta atividade poderia ser elaborada com qualidade e propriedade, além disso, também houve o convite para a participação da Comissão de Prontuários do Hospital, que é uma comissão instituída por lei para todas as instituições hospitalares com o intuito de auxiliar na conscientização de todos os participantes da importância dos prontuários e do papel de cada um para contribuir com a sua produção, organização e acesso.

Com um arquivista na instituição fica mais fácil evidenciar a importância dos documentos que são produzidos para cumprir uma determinada função que, muitas vezes, não são conhecidas pelos produtores, eles acabam fazendo de maneira automática, mas não se dão conta de qual função estão cumprindo. Além do mais, há uma ação voltada na valorização do arquivo por meio da eficácia no acesso, esta ação tem sido realizada no hospital desde o primeiro dia de trabalho da arquivista. Isto, tem sido algo primordial para agir de maneira eficiente na transformação da cultura da organização, destacando que isso se configura em algo lento e trabalhoso, é o verdadeiro "trabalho de formiguinha", isto é, ir incorporando aos poucos uma percepção dos benefícios que é ter um arquivo organizado e funcionando de modo que contribua com a instituição e não entendendo os arquivos como meros depósitos de papéis ou outros suportes. O importante é fazer com que as informações pertencentes ao arquivo sejam usadas, claro levando em consideração os aspectos sigilosos de cada documentação.

Auxiliando na gestão e na organização dos documentos um produto que

DOI - 10.22478/ufpb.2318-6186.2020v8n1.53641
https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion - ISSN 2318-6186. Licença (cc) BY-NC-ND

imediatamente deve ser pensado são os instrumentos de controle e de pesquisa, que auxiliarão os profissionais na rastreabilidade dos documentos que foram organizados e armazenados e isso consequentemente foi e está sendo desenvolvido na instituição, ressaltando um banco de dados com mais de 1.500 prontuários e informações complementares que auxiliam na compreensão do acervo.

Conforme as atividades foram sendo concretizadas o registro em relatórios foi um fator relevante para evidenciar os resultados e buscar apoio da diretoria para as novas ações. A conquista de novos colaboradores para fazer parte do arquivo é um exemplo, pois a quantidade de documentos recebidos é grande e se o arquivista não tem apoio de outras pessoas para desenvolver estas atividades técnicas ele não consegue trabalhar em outras atividades estratégicas, como o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade. Nesse sentido, no mês de março de 2020 conseguiu-se uma Menor Aprendiz[3] para trabalhar com a arquivista no acervo do hospital, e isso, tem sido importante para permitir que outras ações sejam concretizadas. Nesse sentido, com o apoio recebido já foi iniciada a elaboração da Tabela de Temporalidade para descartar os documentos resultante das atividades-meio que já cumpriram sua função na instituição.

Atualmente com a pandemia do COVID-19 muitos são os desafios, o primeiro é seguir de maneira criteriosa as orientações determinadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No fazer arquivístico alguns cuidados já devem ser tomados, por exemplo, uso de jalecos, máscaras, luvas e óculos para preservar o profissional do contágio de alguma bactéria ou fungo que possa estar presente nos documentos, isso quando se fala de documentos em suportes físicos, mas agora estes cuidados devem ser redobrados. Logo quando iniciou a pandemia pesquisou-se por quantos dias o vírus permanecia nas superfícies e um estudo publicado no *Journal Hospital Infection* (2020) evidenciou que no suporte papel (que é o recebido pelo SAME do hospital) o vírus permanece por cinco

[3] Segundo a Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000 em seu Art. 428, o "contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menos de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias e essa formação".

DOI - 10.22478/ufpb.2318-6186.2020v8n1.53641
https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion - ISSN 2318-6186. Licença (cc) BY-NC-ND

dias. Dessa maneira, como a quantidade de documentos recebida semanalmente no SAME do hospital psiquiátrico é grande além dos outros cuidados faz-se possível deixá-los separados por cinco dias e só depois desse prazo manuseá-los.

A produção de documentos não pode parar e partindo do pressuposto de que no hospital psiquiátrico existe apenas uma profissional responsável pelo SAME e que estes serviços são considerados essenciais e não podem parar, a atuação da arquivista foi essencial para manter o controle dos documentos e disponibilizar os prontuários para auxiliar nos tratamentos e responder as necessidades da família ou do paciente quando solicitavam documentos.

Por fim, existem inúmeras publicações e estudos na área da psiquiatria que mencionam que a pandemia do COVID-19 trará impactos na saúde mental das pessoas, por inúmeros motivos, dentre eles, pela quantidade de informações recebidas, instabilidade em trabalhos, perdas de emprego, reduções salariais ou até mesmo pelo isolamento social que foi essencial para controlar o avanço do vírus. Portanto, crescendo estes problemas pressupõe-se também um aumento nas internações em hospitais psiquiátricos influenciando no volume de produção de documentos. Assim, a atuação da arquivista no hospital psiquiátrico tem sido, além de tudo, um papel social de pensar em estratégias e métodos para garantir que os prontuários sejam produzidos corretamente e consistentemente representando de maneira fidedigna os tratamentos e condutas médicas dos pacientes, além de garantir um controle eficaz de modo a disponibilizar documentos sempre que solicitado para os usuários que possuem o direito de acesso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexidade que envolve as unidades de saúde, mais especificamente os hospitais psiquiátricos que foi o universo de vivência apresentado neste artigo pode-se chegar a algumas considerações que serão apresentadas como considerações neste tópico e que foram sistematizadas partindo da experiência prática.

Faltam profissionais que conversem com todas as áreas dos hospitais psiquiátricos percebendo os problemas existentes e propondo soluções com base em informações concretas e, como os arquivistas conhecem detalhadamente cada área do

hospital e recebem documentos que refletem as funções e atividades consequentemente conhecem os fluxos, por isso, é importante que estes profissionais sejam proativos, evidenciem suas competências pouco a pouco na instituição identificando erros, apresentando relatórios com informações que possam ser usadas estrategicamente e que se incluam como agentes importantes e transformadores.

Há uma falta de conhecimento das funções executadas pelos próprios funcionários onde desenvolvem as atividades e processos, mas não compreendem o motivo pelo qual fazem e o impacto da não execução ou realização incorreta destas atividades para a instituição.

Há evidentemente um problema na cultura organizacional, pois quando existem erros tende-se a mudar alguns processos e operações que há anos eram executados de determinadas maneiras, percebendo-se certa resistência por parte dos funcionários no que tange estas mudanças. Além do mais, esta cultura impacta diretamente na produção de documentos, muitas vezes, resultando em falhas ou problemas no manuseio e arquivamento nos arquivos setoriais. Por isso, possuir uma boa relação com os outros funcionários é o meio mais rápido de evidenciar a necessidade de mudança e ir trabalhando esta cultura pouco a pouco nos indivíduos de modo que todos busquem juntos um objetivo comum, que é a melhoria dos processos, das atividades, do estabelecimento de fluxos que envolve estes sujeitos, a qualidade da prestação de serviço para o paciente e consequentemente um recebimento efetivo e correto da documentação.

Os espaços para arquivamento dos documentos tanto dos arquivos setoriais (atividades-meio) quanto do próprio SAME (atividades-fim) é um problema recorrente das instituições de saúde, tendo em vista que produzem grande quantidade de documentos e há um crescimento no prontuário toda vez que o paciente é internado ou fica um período grande de tempo no hospital, por exemplo, um paciente que fica três meses produz no mínimo 90 prescrições e 90 registros de evoluções fora outros documentos, neste caso são 180 folhas referente a apenas uma internação. Dessa maneira, esta é mais uma ação que deve ser pensada entre o arquivista e os gestores das instituições de saúde.

DOI - 10.22478/ufpb.2318-6186.2020v8n1.53641
https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion - ISSN 2318-6186. Licença (cc) BY-NC-ND

A falta de padrões acarreta em uma produção de documentos desnecessária ou incorreta, por isso, trabalhar na padronização é uma atividade crucial para ser desenvolvida pelos arquivistas.

Dependendo dos tipos de hospitais os recursos nem sempre estão disponíveis e quando estão a prioridade nunca é o arquivo, portanto investe-se primeiro em novos leitos, equipamentos, engenharia clínica etc. Assim, também é um desafio convencer os gestores a investirem no arquivo e o arquivista tem a importante missão de fazer o melhor com as condições possíveis.

Por último, é preciso que o arquivista tenha claro que os acontecimentos sociais também impactam suas atividades e exigem que suas práticas sejam ainda mais consistentes para contribuir com as ações tomadas por todas as áreas e profissões, a fim de contribuir para a sociedade, como é o caso da pandemia do COVID-19, que trará muitos desafios e consequências para todas as áreas. E, com os hospitais psiquiátricos não será diferente, um exemplo disso é o aumento de pacientes com problemas psiquiátricos que serão internados em hospitais especializados.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L. O arquivista na sociedade contemporânea. In: _____. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

BEZERRA, P. R. C. **A Estatística na Organização Hospitalar**. 2002. 76 f. Monografia (Graduação em Estatística) – Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, 2002.

BRASIL. Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 de setembro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm. Acesso em: 02 jun. 2020.

_____. Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 de dezembro de 2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57221806/do1-2018-12-28-lei-n-13-787-de-27-%20de-diciembre-de-2018-57221499. Acesso em: 02 jun. 2020.

_____. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 de agosto de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm. Acesso em: 02 jun. 2020.

_____. Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 de julho de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12682.htm. Acesso em: 05 jun. 2020.

_____. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm. Acesso em: 05 jun. 2020.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1.638/2002, de 09 de Agosto de 2002, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 10 de jul. 2002 Seção I, p.184-5.

_____. Resolução nº 1.821/07 de 23 de novembro de 2007, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 de nov. 2007 Seção I, p.252.

COSTA, Maria Izabel Sanches. **Saúde mental e os novos paradigmas de cidadania e inclusão social na sociedade contemporânea**. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2016.

FERREIRA, J. S.; FIDELIZ, M. B.; LIMA, M. J. C. de; O fluxo de informação nas instituições hospitalares e a gestão de documentos. **Ágora**, Florianópolis, v. 23, n. 47, p. 99 – 117, 2013.

JARDIM, J. M. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 251 – 560, 1992.

KAMPF, G., TODT D., PFAENDER S., STEINMANN, E. Persistência de coronavírus em superfícies inanimadas e sua inativação com agentes biocidas**. Journal Hospital Infection**, v. 104, n. 3, mar. 2020, p. 246 – 251.

MACEACHERN, M. T. **Hospital organization and management**. 3. ed. Chicago: Physicians' Record Company, 1957.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA. **Dados de Marília**. Disponível em: https://www.marilia.sp.gov.br/portal/servicos/1002/dados-de-marilia/ Acesso em: 27 abr. de 2020.

SOUNIS, E. **Organização de um serviço de arquivo médico e estatística**: SAME. 2. ed. São Paulo, Ícone, 1993.